



10 DE OUTUBRO DE 2012

**A PERTINÊNCIA DA CATEGORIA FAVELA EM PESQUISAS SOBRE AS
DESIGUALDADES SOCIAIS: O CASO DA EDUCAÇÃO**

APRESENTAÇÃO DE LUIZ CESAR QUEIROZ, IPPUR/UFRJ E DA PROFa. MARIANE C.
KOSLINSKY, FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFRJ

COMO PENSAR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE DE FAVELA

APRESENTAÇÃO DE MARCUS FAUSTINI, COORDENADOR DA AGÊNCIA DE REDES PARA A
JUVENTUDE



CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da Reunião de 10 de outubro de 2012

Nesta data, reuniu-se, por convocação da Presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, o Conselho Estratégico de Informações da Cidade, órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com as seguintes pautas:

- **A Pertinência da categoria favela em pesquisas sobre as desigualdades sociais: o caso da educação** - apresentação de Luiz Cesar Queiroz, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ e da Prof. Mariane C. Koslinsky, da Faculdade de Educação da UFRJ
- **Como pensar políticas públicas para a juventude de favela** - apresentação de Marcus Faustini, coordenador da Agência de Redes para a Juventude

A reunião realizou-se na sede do IPP com a presença dos conselheiros abaixo assinados e contou, também, com a participação de Mariane Koslinski, Gabriella Costa e Kone Cesário (UFRJ), Robert Malengreau (Oxford), Carla Teixeira (SEBRAE), Marcus Faustini e Bruno Duarte (Agência de Redes para a Juventude), José Marcelo Zacchi (Ilhanud), Washington Fajardo (IRPH), Rachel Taranto, Sérgio Bello, Taís Borges, Lara Espírito Santo, Paulo Ferraz, Sérgio Guimarães, Daniela Tavares e Vânia Amorim (IPP).

O presidente Mauro Osório abriu a sessão apresentando o Conselho por meio de breve exposição de seus objetivos, membros e instituições representadas.

Em seguida explicou que a reunião seria composta por duas apresentações e passou a palavra ao primeiro palestrante:

- **A Pertinência da categoria favela em pesquisas sobre as desigualdades sociais: o caso da educação** - apresentação de Luiz Cesar Queiroz, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ e da Prof. Mariane C. Koslinsky, da Faculdade de Educação da UFRJ.

O objetivo dessa apresentação é fazer um *pout-pourri* de vários estudos utilizando os dados de avaliação da Prova Brasil e do Censo Demográfico do IBGE para trabalhar a diferença entre áreas de favela e não-favela e as oportunidades e trajetórias educacionais.

Na área de educação, existem três gerações de estudos sobre desigualdades educacionais, que dependem de como lidamos com os dados de educação e do Censo. O primeiro conjunto de pesquisas tem início na década de 1960, quando o sistema de avaliação educacional estava sendo formado nos Estados Unidos e dava muita ênfase à origem socioeconômica dos alunos.

Posteriormente, surge uma segunda geração de pesquisas, denominada *efeito-escola* ou *escola eficaz*, que começou a revelar que a primeira geração não captava as variáveis que realmente tinham impacto sobre o rendimento ou trajetória dos alunos. Os estudos da segunda geração exigiram inovações metodológicas e principalmente mudanças na coleta de dados educacionais. Anteriormente, ficava-se restrito à infraestrutura da escola e recursos gastos. A partir das novas avaliações educacionais, como a Prova Brasil, passou-se a observar processos de organização da escola, fornecendo subsídios para planejamento de políticas públicas na área de educação.

Recentemente, observa-se uma terceira geração de estudos que trabalham com a organização do território, como a população está distribuída e o impacto disso na área de educação. Envolve técnicas de georreferenciamento de escolas, reúne os dados das avaliações educacionais aos dados do Censo, pensando as trajetórias e desigualdades escolares não apenas setorialmente, mas de maneira mais ampla.

Mesmo com a evolução das pesquisas, os dados mostram que a origem socioeconômica dos alunos é o que tem mais peso. Entretanto, as políticas públicas têm mais condições de intervir em como a escola funciona e nas questões urbanas. A questão urbana é tratada sob o ponto de vista da demanda e da oferta. Áreas que



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

apresentam concentração de pobreza possuem demanda por escola específica. A segregação residencial impacta a escola, especialmente em função do público que frequenta a escola. Filhos de pessoas com baixa escolaridade reunidos na mesma escola prejudica o desempenho, o que seria resolvido caso o um público fosse misto. Isso auxiliaria principalmente as pessoas de renda e escolaridade mais baixas. Outra questão importante é a oferta de escolas. Vários estudos que trabalham segregação residencial e educação mostraram que a distribuição da qualidade dessas Instituições escolares não é igual ao longo do território.

Em várias cidades americanas, com predominância clara centro-periferia, tem-se periferias mais abastadas e concentração de pobreza no resto da cidade. A maioria das cidades brasileiras apresenta situação inversa, com centro rico e periferias mais pobres, além de microáreas de desigualdades. Pode-se pensar, por exemplo, em escalas de desigualdade que o território produz, no caso do Rio de Janeiro, onde as favelas estão distribuídas na cidade inteira. As pesquisas mostram que há vantagens e desvantagens, dependendo de onde se mora e onde se estuda. Neste sentido, a zona oeste tem menos oportunidades que a área central do Rio de Janeiro.

O **primeiro conjunto** de estudos que trata das desigualdades educacionais trabalha especificamente com o impacto do território sobre o rendimento dos alunos (distorção idade-série, atraso escolar) e sobre a *performance* dos alunos na Prova Brasil. Já os estudos mais recentes trabalham com a Prova Rio.

A pesquisa que inaugurou os estudos do Observatório das Metrópoles sobre o tema da educação trabalhou com as áreas de ponderação da cidade do Rio de Janeiro, levando a supor que a distorção idade-série seria mais elevada nas áreas periféricas da cidade. Além disso, trabalhou-se com a ideia da favela a partir de um diferencial: favelas com entornos abastados e favelas com entornos com rendas mais baixas. Com isso, desejou-se estimar a probabilidade do aluno estar em uma situação de distorção idade-série.

Essa pesquisa mostrou que diversas variáveis individuais e familiares desses alunos, utilizadas no modelo como por exemplo a escolaridade dos pais, tinham impacto sobre a distorção idade-série. Mas, também, o fato de morarem em área de ponderação de baixa renda, viver em uma favela e, principalmente, de residir em uma favela com um entorno mais abastado influenciava. Ou seja, morar em uma favela da zona sul aumentaria a probabilidade do aluno apresentar uma maior distorção idade-série.

Esse modelo foi feito para as 4ª e 8ª séries. Os estudos apontaram que é na zona sul que o mercado de trabalho tem uma competição mais ativa com a escola. Nessas regiões da cidade, os jovens também evadem mais.

Mauro Osório disse que provavelmente o problema da competição da escola com o mercado de trabalho seria mais evidente para os alunos da 8ª série. A palestrante informou que caso se considere o aluno ideal, isso é verdadeiro, mas nem sempre é a realidade, em função da grande distorção idade-série.

Posteriormente foi feita análise nos mesmos moldes, relacionando dados da Prova Brasil de 2005 e do Censo 2000. Apesar da diferença observada em 2010, tivemos a situação ideal, trabalhando com Censo 2010 e Prova Brasil 2009 ou 2011. A partir da junção desses dados, é possível trabalhar com o contexto específico do aluno como distorção idade-série, nível socioeconômico dos pais, além de questões de infraestrutura da escola, equipamentos, perfil do aluno em cada escola a partir de dados do Censo Escolar, e características da área onde a escola está localizada. Infelizmente, não se pode trabalhar com os dados do local de residência dos alunos, pois a Prova Brasil não tem acesso aos endereços.

Tentou-se mensurar o impacto decorrente de estudar em uma escola próxima a uma favela e o impacto de morar nesse local, mas não é possível saber se estamos medindo uma variável ou outra, pois não há como controlar pelo local de moradia dos alunos.

Trabalhamos com duas variáveis do território para observar o clima educativo. Para isso, selecionou-se, a partir do Censo, o número de adultos com 24 anos ou mais e a média de escolaridade desses adultos, criando uma tipologia de baixo, médio e alto clima educativo em cada área de ponderação. Com isso, foi possível verificar em que área tipológica estão as escolas. Somando-se a isso, fizemos um *buffer* de até 100 m das favelas para ver se a escola estava no entorno de alguma favela ou mais distante.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Os resultados tanto para a 4ª quanto para a 8ª série mostraram que, controlando por outras variáveis, o impacto da favela é pequeno, mas existe. Quando a escola está localizada próxima ou dentro de uma favela na área mais abastada da cidade, esse impacto é mais acentuado, qualquer que seja o clima educativo (baixo, médio ou alto).

Mauro Osório perguntou se as análises foram realizadas por Área de Planejamento, sendo informado de que foram utilizadas áreas de ponderação definidas pelo IBGE. Trata-se de um aglomerado de setores censitários.

Sérgio Guimarães indagou como foi possível identificar se a escola se encontrava dentro da favela. A palestrante respondeu que a identificação se referiu a estar localizada em um setor subnormal ou não.

Mauro Osório informou que a distorção série-idade da cidade do Rio de Janeiro, obtida através do Censo, é absurdamente maior que em São Paulo e Belo Horizonte. Foi levantada uma hipótese de que isso se devia, em parte, a pessoas que renovavam a matrícula para andar de graça em ônibus. A palestrante disse não saber mensurar o tamanho dessa parcela, mas que isso poderia ser feito através dos dados da Prova Brasil, controlando rendimento. Os dados da Prova Rio e da Secretaria Municipal de Educação permitiriam uma análise mais detalhada, pois eles são longitudinais. Nesse sentido, Mauro Osório informou que atualmente o controle do Riocard está mais rigoroso.

Paulo Ferraz lembrou que, como esse problema é do ensino médio, mesmo com os dados da Secretaria Municipal de Educação, não seria possível captar. Frisou a importância de repetir esse estudo para 2010, pois muita coisa mudou na Cidade, como o regime das escolas, pacificação, redução das milícias etc. A palestrante disse que é importante monitorar o que está mudando e em que áreas as desigualdades estão diminuindo ou aumentando.

Foi realizado estudo sobre violência, georreferenciando homicídios no Rio de Janeiro e mostrando como isso impacta na nota dos alunos.

Existe outro estudo preliminar feito recentemente com os resultados da Prova Rio e o endereço dos alunos georreferenciados. Foi uma tentativa de mostrar o impacto do local de moradia dos alunos, não alcançado com os resultados da Prova Brasil. Basicamente o que essa tentativa mostra é que quanto mais longe o aluno mora da favela, maior a nota dele na Prova Rio. Pela primeira vez, teremos como montar modelos que desagreguem as informações sobre onde o aluno mora e onde estuda para verificar cada fator de impacto.

José Marcelo disse que é possível supor que o aluno que mora na favela também estude dentro ou próximo a ela. A palestrante informou que não é assim necessariamente.

Respondendo ao conselheiro Jailson de Souza, a palestrante informou que o estudo utiliza informações tanto dos alunos como das escolas, pois os modelos são multinível.

Na favela, o aluno é socializado num ambiente onde existem poucos adultos com alta escolaridade bem sucedidos. Outro problema grave é a alta rotatividade dos professores, pois em áreas onde existe muita violência, o professor não permanece. O cotidiano escolar tem interrupções em função do fechamento da escola por situações de violência. Ou seja, a instituição não funciona da mesma maneira.

Marcus Faustini disse que a pesquisa a partir do aluno trata o efeito e não se pode analisar o efeito como causa. A palestrante reforçou que nos modelos são consideradas características tanto dos alunos, como da escola e do território. Quando se trabalha com regressão multinível, tenta-se controlar todas essas dimensões de análise.

Esses dois últimos estudos trabalham com a oportunidade de ter acesso a uma boa escola, utilizando o IDS da Cidade. Esses dados vieram de um estudo longitudinal em cinco capitais do Brasil, GERS, em que os alunos foram georreferenciados, mas aqui só trouxemos uma amostra de alunos. Selecionamos as seguintes questões: 1) Qual a probabilidade de se ter acesso a uma escola de alta *performance* (escolas mais procuradas e de maior prestígio na cidade); 2) Uma vez tendo conseguido entrar nessas escolas, qual seria a probabilidade do aluno permanecer ou sair delas até o final do segmento?



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Ter pais com alta escolaridade e ser de cor branca aumenta a probabilidade do aluno ter acesso a uma boa escola. Morar em favela diminui a probabilidade de entrar em uma boa escola aumentando a probabilidade de entrar em uma escola ruim e de permanecer lá. Pode-se interpretar essas questões de duas formas: a) auto-seleção das famílias; b) processo de seleção feito pela escola.

Mauro Osório disse que talvez seja melhor estar em uma escola ruim do que não estar na escola. Paula Serrano apesar de concordar afirmou que o ideal seria que ele tivesse acesso a uma boa escola.

Em monografia apresentada na Universidade, os alunos que estudam em uma área específica da cidade foram georreferenciados. O trabalho mostrou que algumas escolas próximas ou dentro de favela não só atendem os alunos do entorno dessa favela como de outras favelas próximas que poderiam, a princípio, estar indo para outras escolas.

Paulo Ferraz perguntou se foi considerada a geografia do lugar, pois esta pode atuar como obstáculo, impedindo que os alunos da área de não-favela frequentem a escola. A palestrante disse que esse foi um exercício bem restrito e que não levou em consideração essa variável.

Jailson de Souza informou que os diretores muitas vezes alegam maior proximidade de uma outra escola para não matricular alunos de áreas não desejadas. A palestrante respondeu que esse não é um critério formal. Paulo Ferraz lembrou que, em geral, são os pais que escolhem em que escola matricular seus filhos.

Existem períodos de remanejamento. A escola onde se conseguiu matrícula na pré-escola terá grande influência sobre o tipo de escola para a qual o aluno será enviado nos 1º e 2º segmentos. Se os pais não gostarem da escola selecionada podem tentar remanejar. Até pouco tempo, esse processo era obscuro. Entretanto, a Secretaria Municipal de Educação inovou e grande parte das transferências está sendo realizada por telefone. A seleção é aleatória e automática.

Marcus Faustini perguntou se nos estudos é levado em consideração, como critério de escolha, laços sociais e afetivos. A palestrante respondeu que está trabalhando com as duas vias através de entrevistas com os pais e com as direções.

Jailson de Souza indagou se ainda permanece a questão do estereótipo dos CIEPs como lugar onde estudam os alunos que não querem trabalhar e que as demais escolas são mais sérias e recebem melhor os alunos. A palestrante disse que, uma vez que a escola leva fama de boa escola, a tendência é que ela permaneça com essa representação.

Muitas vezes, a rede de diretores das escolas contribui para a segregação ao enviar um aluno "ótimo" à escola de boa reputação, muitas vezes retirando a oportunidade de outros alunos estudarem naquela escola.

Paulo Ferraz disse que, anteriormente, quando o aluno mudava de segmento, era direcionado. Agora, o aluno tem que se inscrever e se houver mais demanda sobre a escola, há um sorteio. Teoricamente a probabilidade passou a ser a mesma para todos os alunos. Entretanto, os pais de bons alunos geralmente se esforçam para colocar os filhos em boas escolas, o que não acontece com outros pais. A palestrante disse que, frequentemente, os diretores induzem os pais na escolha da escola para os seus filhos.

É importante considerar o que os atores escolares consideram um aluno bom ou ruim.

José Marcelo sugeriu acrescentar à hipótese a expectativa diferenciada de acordo com a origem do aluno.

Jailson de Souza disse que o sistema é funcional. Muitas vezes, interessa para a família colocar o bom aluno em uma escola mais forte, e colocar o mais fraco em uma escola na qual ela sabe que o aluno irá passar de ano.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Um item que está faltando para o sistema melhorar é fornecer aos pais mais informações para que eles possam diferenciar uma boa escola. De acordo com as pesquisas realizadas, a maioria dos pais considerava todas as escolas iguais.

Deve-se informar à família como a instituição funciona, uma vez que pais bem informados também conseguem contribuir para a melhoria de qualidade da escola.

Jailson de Souza informou que no ensino médio, na maioria das vezes, a escolha não é dos pais, mas do aluno. A palestrante disse que o histórico escolar do aluno faz diferença nessa escolha.

O palestrante Luiz Cesar disse que seria importante o acesso aos dados do Censo recortados também pelo território "favela", tendo em vista que este é extremamente relevante no caso do Rio de Janeiro. A partir do questionário amostral isso não é possível, a não ser que o IBGE crie áreas de expansão da amostra, agrupando os setores subnormais. Essas e outras pesquisas sobre o efeito território na definição de desigualdades no mercado de trabalho e em outras dimensões, como a educação, mostram que a favela tem importância estratégica para explicar as situações de desigualdades, seja entre crianças, seja em jovens ou adultos. Conhecer a população dessas áreas é fundamental para a pesquisa. E ela só foi possível porque o IBGE aceitou criar uma base específica para o Rio de Janeiro, separando os aglomerados subnormais dos outros. O objetivo de trazer esses elementos para essa apresentação foi reafirmar a importância disso para a pesquisa, inclusive para as políticas públicas da Prefeitura. A questão que motivou toda a nossa discussão desde a última reunião era a construção de uma tipologia de favela. A tipologia possível de ser construída pelo IPP é puramente formal e urbanística, e não leva em consideração a população a partir do Censo. Então, o foco não foi discutir o efeito "favela" sobre a educação, mas reafirmar a necessidade de o IBGE deixar a Prefeitura e a academia reorganizarem os dados do Censo para produzir uma outra forma de agregação que seja pertinente à morfologia social do Rio de Janeiro. É inconcebível que 20% da população da Cidade não tenham suas características - muito particularizantes - conhecidas.

Sérgio Guimarães informou que os dados da PNAD não estão sendo produzidos pelo recorte dos setores subnormais. E, pelo microdado da amostra, não se consegue ter a informação por setor censitário. Sugeriu pedir ao IBGE o microdado da amostra do Rio de Janeiro com identificação do setor censitário subnormal. Outra maneira seria solicitar acesso à sala de sigilo, o que demora quatro meses.

O palestrante Luiz Cesar informou que, para os anos 1998 e 2000, foram criadas áreas de expansão da amostra em locais/regiões estatisticamente significantes, rompendo com o princípio do IBGE de continuidade territorial no critério de constituição dessas áreas.

Sérgio Guimarães informou que o IBGE fornece informações desde que a área de abrangência tenha 400 domicílios, já que número inferior de domicílios para aquele Instituto não constitui significância estatística.

Jailson de Souza sugeriu ao IPP começar produzir dados primários sobre temas específicos, sendo informado por Sérgio Guimarães que o IPP está produzindo, junto com a SMH, uma pesquisa com 26.000 entrevistas nos territórios do Morar Carioca. E o IETS também tem realizado pesquisas.

José Marcelo perguntou se os resultados para áreas de favela e não-favela são semelhantes ao resto da cidade na zona oeste. A pergunta de fundo é se os resultados encontrados têm relação com o fato de ser favela ou de ser área pobre. Mauro Osório disse que a diferença entre favela e não-favela pode ser maior na Rocinha porque o entorno é muito rico.

Luiz Cesar informou que a escola pública na zona sul do Rio de Janeiro absorve majoritariamente a população de favela, mas em outras áreas da Cidade a mistura social é maior. Com isso, nota-se um paradoxo, visto que as escolas localizadas em áreas mais abastadas têm um desempenho pior que escolas localizadas em outras áreas. Sendo os alunos de escola pública majoritariamente de favela, incidem sobre a escola todos os efeitos discriminadores daquele território. Ao mesmo tempo, existem nas áreas mais abastadas professores mais exigentes e alunos que repetem mais.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

A palestrante Mariane disse que, mesmo tratando-se de áreas com mesmo IDS, se uma delas está localizada em favela, os alunos que estudam nessa área terão rendimento menor.

Marcus Faustini disse que existe um nível de customização a ser feito e talvez as respostas sejam territoriais, por áreas, pelas CREs.

Jailson de Souza ressaltou que o núcleo gestor da escola é fundamental para definir o desempenho.

Mauro Osório informou que, atualmente, a escolha dos diretores é mais técnica. Nesse sentido, Jailson disse que não está comprovado que uma escolha mais técnica do diretor qualifica mais a escola.

Washington Fajardo lembrou que o georreferenciamento dos alunos de cada escola seria muito interessante para as análises e para as escolas. Sérgio Guimarães disse que isso poderia ser feito pelo cadastro administrativo das matrículas. Entretanto, não existe uma lógica analítica nesses cadastros, ou seja, não se consulta a base de logradouros oficial. José Marcelo complementou lembrando que na favela há muitos logradouros ainda não cadastrados.

Mauro Osório agradeceu a Mariane e Luiz Cesar passando a palavra ao próximo palestrante, lembrando que uma das questões que motiva a conversa com Faustini é a observação de uma realidade preocupante entre os jovens: 20% das pessoas entre 15 e 24 anos no Rio de Janeiro não trabalham nem estudam e, em algumas áreas como o Jacarezinho, esse número chega a 33%. Faustini frisou que, apesar disso, esses jovens não estão fora de redes de sociabilidade, mas inseridos em redes que são potencializadoras da sua experiência de juventude, não reconhecidas pelo Estado como redes institucionalizadas.

- **Como pensar políticas públicas para a juventude de favela** - apresentação de Marcus Faustini, coordenador da Agência de Redes para a Juventude.

A Agência Redes para a Juventude é uma metodologia que envolve várias ONG's, redes e projetos e está atuando nas 22 áreas com Unidade de Polícia Pacificadora. Ela visa criar um ambiente para colocar o jovem para conviver com outras redes da cidade. Atualmente, os jovens dessas áreas que conseguem se inserir em redes expressivas são aqueles extraordinários, que apresentam grande obstinação ou talento, e que, por alguma combinação de suas trajetórias, acabam se inserindo nessas redes potencializadoras. A intenção é criar redes de mobilidade para o estudo, trabalho etc, e fazer com que jovens que não se conhecem e não convivem, se encontrem, criando novas possibilidades de redes dentro da favela.

A Agência Redes para a Juventude trabalha a partir do território e negocia repertórios que podem levar o jovem além. Parte da perspectiva de que esses jovens não são carentes e apáticos, mas facilmente mobilizáveis, se engajam e vão além. Existe um nível de customização e sistematização da atuação em rede.

No Rio de Janeiro, 13% da classe A e B estão em favelas, segundo dados do Data Popular, demonstrando a complexidade da malha social dessas áreas. O estereótipo do jovem preguiçoso é falacioso. Ele apenas está inserido em outras redes que ele considera mais interessantes. O Poder Público abandona essas redes.

Na Agência Redes para a Juventude existem 70 universitários, sendo 50 de origem popular. Estes últimos mobilizam outros jovens da favela. Isso revela que antes trabalhávamos com o mediador errado. Até então, o Poder Público tinha como mediador o doutor, um jovem extraordinário, que não tem a ver com a transformação de sua história de vida.

Isso tem interface com uma pesquisa feita pelo IPEA sobre o jovem de classe C, que mostrou que este está preocupado em juntar dinheiro para a sua educação. Ele não se preocupa somente em consumir. Entretanto, não se observa a capacidade inventiva, de improviso e os pequenos empreendedorismos. Ao contrário, são taxados de informais, de errados, confirmando um pré-julgamento que se tem em relação à favela.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

É importante encarar o território não como lugar finalístico, mas como um ambiente onde se pode ter outros aprendizados, metodologias e ações. Caso contrário, não se vai inovar na política e pode se perder uma geração de empreendedores, de pessoas que querem produzir mobilidade social em sua vida e capazes de inovar.

É fundamental considerar as potencialidades de trabalho que se encontram no entorno dessas áreas, como *lan houses*, comércio. O nível de customização deve ser por território.

A Agência ganhou, na Europa, um prêmio de metodologias estéticas. A metodologia da Agência será implementada em um bairro de imigrantes em Manchester e outro em Londres. Existe uma chave cultural que se refere à não identificação desses jovens com símbolos e representações tradicionais; por exemplo, o jovem do Recife não se identifica mais com o maracatu, ele fala de uma outra expressão. E geralmente se precariza a possibilidade dele se expressar nessa nova chave.

A Agência recebeu 175.000 libras para implantar a metodologia, no primeiro ano no Reino Unido e, no segundo, na França. Vamos criar um programa de intercâmbio de jovens de favelas com esses países. Também estamos elaborando uma ferramenta, com recursos da ONG do ex-vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, para medição do impacto dos megaeventos na juventude de favela do Rio de Janeiro. A Agência está criando uma rede de significação para esses jovens assumirem papéis políticos dentro da sociedade. Os jovens não se reconhecem no movimento estudantil, nem no Fórum da UPP Social.

Atualmente, a Agência trabalha com 700 jovens de 22 áreas de favela que estão começando a vida, mas que respondem muito rápido a alguns estímulos nos estúdios de criação. Cada um deles chega com uma idéia e ganha uma bolsa de R\$ 100,00 para participar desses estúdios de criação, onde se tem mediadores, universitários, empresas, projetos, discussão de favelas com a metodologia do Observatório de Favelas, uma teia de participação.

Os jovens ganham diploma de extensão por participar da Agência e defendem suas idéias para uma banca, que escolhe 30 idéias. As ideias selecionadas recebem R\$ 10.000,00 cada para que seja colocada em prática e os universitários ganham bolsas de R\$ 600,00 para acompanhar. Esse projeto é inteiramente financiado pela Petrobrás.

O SEBRAE fez parceria com a Agência e está fazendo um fundo para os projetos que ocorreram no primeiro ciclo se aprofundarem. Quem ganhou R\$ 10.000,00 e implementou sua ideia, está concorrendo a R\$ 30.000,00 para se consolidar como um projeto no território. Existem projetos, como o Favela Orgânica, que está funcionando como outra rede; CDD na tela que já é uma produtora de vídeos dos jovens da Cidade de Deus os quais estão produzindo para a Rede Globo uma marca de roupas, Estilo Favela, vendida pela internet; na Providência, duas meninas que identificaram que gravidez de adolescentes gerava problemas na família, mapearam todas as meninas grávidas e construíram uma metodologia para oferecer uma gravidez prazerosa, com palestras sobre sexualidade, busca de empregos etc.

Recentemente, a Agência mapeou moradores dessas áreas que têm internet em casa e participantes da rede vão estudar na casa dessas pessoas. Nota-se, portanto, que existe engajamento e sociabilidade, mas os jovens não se reconhecem nas práticas institucionais e sindicais antigas. A juventude atual quer aprender fazendo. Cabe aos mediadores apresentarem as melhores redes e repertórios.

Bruno Duarte disse que 1.200 jovens se inscreveram e 270 estão fazendo os estudos de criação no novo ciclo, além dos jovens que já participaram em 2011 e estão no laboratório de aprofundamento. Os jovens que não foram selecionados devem receber os serviços e projetos que serão desenvolvidos na Agência esse ano, sendo público-alvo dos projetos ganhadores.

A ideia é que o próprio jovem participe da vida comunitária e a proposta é que ele não entre para o campo das políticas públicas como aluno, mas como ator político.

A Agência faz monitoramento constante, tanto da metodologia quanto do impacto no território desses projetos. Constatou-se que esses jovens se tornaram referência dentro dos territórios e possíveis mediadores para ações das políticas públicas. Alguns entraram para ONGs, tendo outro tipo de participação, que não a de alunos.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

O próximo passo é mapear todos os territórios. Em sete favelas, já foram mapeados todos os hábitos desses jovens: Praças freqüentadas, ruas onde passam mais, o “x-tudo” que eles comem etc. O local onde se vende o “x-tudo” é o *hub* do território, mas é considerado apenas um ator informal.

Legalizar o mototáxi é outra medida necessária, pois dá direito à legalização dessa juventude. O poder público tem que reconhecer que essa foi a maior solução de transporte urbano dessa cidade e foram os jovens de origem popular que o inventaram. A milícia apenas se apropriou daquela rede.

O jovem é potente, mas a rede na qual ele entra, em geral, e a das igrejas e do tráfico. Entretanto, que redes as ONGs e o poder público oferecem?

O projeto da Agência demonstra que é possível inventar uma metodologia que envolva atores. Em cada território, a Agência tem uma ONG ou um grande centro parceiro. A Red Bull está criando um fundo para manter esses jovens nos seus caminhos pessoais e de rede.

A Agência não dá conteúdo, mas sim, a forma. Coloca-se o jovem em ação no território. É possível acreditar nesses jovens como realizadores. Já entrevistou 1.200 jovens através de parceiros para verificar seus interesses.

Procura-se fazer uma mistura de jovens “potentes” com aqueles que estão entrando agora na Agência. E também super estimular os projetos dos jovens, dando visibilidade.

Em cada território, há um jovem que atua como produtor local, que tem como papel articular e discutir com os parceiros oportunidades para as agências.

Jorge Luiz Barbosa, do Observatório de Favelas, diz que o primeiro direito que as pessoas devem ter garantido na cidade é a visibilidade, pois é a partir daí que se entende o outro. A Agência visa dar visibilidade social ao jovem da favela, que até então era invisível, um objeto.

É necessário que haja participação social dentro das UPPs e o jovem terá que ser incluído nela. Isso significa ter orçamento para que ele decida como vai usar.

Jailson de Souza disse que o desafio é conhecer as dimensões singulares desses jovens e, ao mesmo tempo, verificar o que os aproxima. A questão é se os projetos estão conseguindo atingir aqueles jovens menos mobilizados da favela. Quando a Agência seleciona, de alguma forma ela já está captando aqueles que se destacam. O palestrante disse que a Agência não escolhe aquele que tem a melhor idéia, mas aqueles que estão mais motivados e já têm um projeto.

Jailson de Souza disse ainda que o desafio do IPP é discutir como se consegue, a partir de experiências como essa, pensar a política pública para incorporar esses milhares de jovens, e não apenas 270, como é o caso da organização social.

O conselheiro Luiz Martins disse que na última pesquisa que fez sobre o tema, há 11 anos, os jovens mais ativos da Rocinha iam para o tráfico, ou eram bons em alguma outra atividade na qual eles preenchiam seu tempo. Ao transformar essa metodologia em política pública, se esbarraria em algumas regras formais. Como trabalhar individualmente as pessoas em uma política pública? O palestrante disse que instrumentos jurídicos para isso já existem. Luiz Martins ressaltou que o poder público não tem a mesma liberdade que a Agência.

José Marcelo disse ser difícil para o Estado criar políticas para a juventude, pois é uma fase da vida em que não se busca tanto o trabalho, mas a oportunidade. A Agência é interessante nesse sentido, uma vez que fornece financiamento, acesso a redes e orientação, oferecendo a customização que o jovem demanda.

Mauro Osório apontou que a questão da motivação dos jovens é um ponto central, tendo em vista que, de acordo com o Censo, em torno de 28% dos jovens na cidade do Rio de Janeiro, entre 18 e 24 anos de idade, estão sem estudar nem trabalhar. Esse é um problema a ser enfrentado. Como o Marcus Faustini trabalha com a questão da motivação e da visibilidade, a pergunta seria: como se diminui o número de jovens sem estudar e fora do mercado



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

de trabalho? O palestrante respondeu que falta uma política customizada de juventude. Não existe uma análise dos jovens de cada território da cidade do Rio de Janeiro. A única política eficiente no país, objetivamente para a juventude, é o PROUNI. As outras políticas são campanhas de informação, nenhuma delas envolve o jovem em um ambiente de ação e participação.

Existe uma Coordenadoria de Juventude ligada ao gabinete do Prefeito. A única ação dela foi uma campanha por meia passagem. A chave da juventude nas favelas pode ser o caminho de sucesso das políticas que estão sendo realizadas na Prefeitura, territorializando a política de empreendedorismo, de serviços. Não se trata apenas de oferecer direitos, mas de encarar o jovem como um sujeito político.

A idéia é que a Agência acabe no final do ano que vem, porque ela é uma metodologia, não uma instituição. Ela precisa influenciar outros projetos e deixa uma contribuição na mobilização.

Em Londres, onde foi criado um comitê da juventude nos Jogos, os jovens tiveram uma participação enorme.

Existe programa para juventude em excesso, mas não há um pensamento político articulado sobre ela, com acompanhamento.

A UPP elegeu a criança como símbolo e colocou o jovem como um problema.

Ocorrem diversos conflitos entre os jovens da favela e os jovens policiais legitimados pelo Estado.

Jailson de Souza afirmou existir uma política para a juventude, mesmo que não seja consciente, a qual parte do pressuposto de que este jovem é objeto de projeto, e de uma visão profundamente produtivista de inserção no mercado. O desafio da política pública é como agregar experiências riquíssimas, como a da Agência, e conseguir ampliar as possibilidades de intervenção de forma singular e massificada. Isso passaria pela parceria com a sociedade civil, por uma mobilização forte de cultura e educação e pela valorização da questão do mediador que foi aqui mencionada.

Washington Fajardo disse que a experiência territorial da Agência traz muitas lições para a Cidade, que está em processo de intensa mudança.

José Marcelo concordou com Fajardo, dizendo que a Agência tem um projeto interessantíssimo, pautado em uma perspectiva territorial que induz e apoia dinâmicas novas, tendo o jovem como centro e utilizando a mediação e a tutoria como aspecto fundamental. A customização é necessária para ampliar o leque de possibilidades dos jovens e oferecer canais e recursos. O desafio é como estabelecer essa interlocução.

Jailson de Souza lembrou que muitos desses jovens têm a característica de viver “o aqui e agora”, ou seja, têm como características a presentificação e a particularização e perguntou como esse jovem responde ao processo. O palestrante respondeu que a Agência não trabalha com um único estímulo. Ela mapeia todos que possam conhecer jovens. Existem várias entradas. Alguns jovens vêm só pela bolsa. Entretanto, a criação de um ambiente de convivência com repetição, interlocução e busca de resposta, com mentalidade criativa e a presença de universitários do PROUNI e artistas, facilita essa mediação.

Carla Teixeira ressaltou que o diferencial da Agência é que ela tem um resultado em si. Ela se propõe a inserir o jovem na rede e oferece uma bolsa. Então, o resultado é rápido. A metodologia é importante para a customização do programa. O interessante da Agência não é somente a forma de aproximação, mas a possibilidade de customizar suas ações. Mesmo na favela, quem empreende mais é o adulto. Entretanto, na favela, em geral o jovem se vira conta-própria mais cedo e é importante apoiar esse jovem, pois ele não tem recursos para iniciar o negócio, nem experiência. O que fica para o jovem, quando este se torna adulto, são as redes nas quais ele se inseriu e atuou.

A presidente do IPP, Eduarda La Rocque, perguntou por que a Agência está prevista para acabar no fim de 2013. O palestrante respondeu que a Agência é um método que tem um recorte específico desses jovens de UPP. No futuro, ela pode virar outra coisa, mas precisa ter um ciclo fechado para produzir um conhecimento mais preciso.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Jailson de Souza questionou se é o processo epistemológico e de ação que exige o final da Agência, ou se seria uma questão de financiamento, e foi informado de que por todos os aspectos.

A maioria dos projetos não trabalha como a Agência, mas sim com o atendimento e formação específica para uma habilidade e isso produz pouca mobilidade. Nesse caso, só os obstinados ou aqueles muito talentosos conseguem atingir seus objetivos. Existe uma oportunidade de abrir outras redes para o jovem da favela diferentes da artística, a única aberta até então.

Jailson de Souza informou que existe um problema concreto de mediação das relações de conflito nas favelas e é o policial que a tem feito, mesmo sendo ele um dos agentes do conflito. É importante que se tenha outros canais. Para isso, estão sendo formadas em algumas áreas ouvidorias comunitárias. O desafio é trabalhar o jovem para participar como mediador, escutando a comunidade e formando novos canais.

Tenho defendido há algum tempo o fundo territorial da cultura para preservar o ambiente cultural. O fundo é uma experiência pedagógica para pactuação política. É preciso que haja participação social na política, não apenas uma gestão técnica da cidade. Isso poderia ser o fórum da UPP Social com recursos para repactuar com os atores.

Mauro Osório ressaltou que a Prefeitura deveria ter um orçamento territorializado.

Lara Espírito Santo informou que, nas discussões ocorridas durante a Rio+20, debateu-se bastante sobre a criação de uma plataforma permanente, especialmente nesse momento dos megaeventos, em que o jovem deve ter um papel de agente e a oportunidade de se recriar; e esse é o principal legado da Agência.

José Marcelo disse que isso tudo depende do interesse da Prefeitura em incluir essa questão na sua agenda. Informou que faltam políticas para a juventude nas áreas de UPP. É necessário pensar em como a Prefeitura pode se envolver mais, lembrando que existe uma política forte de juventude encubada no estado já há algum tempo com elementos e pontos de contato com essa discussão.

Jailson de Souza disse não haver necessidade de políticas para a juventude, mas políticas para o território com foco na juventude. Informou que, no próximo prêmio de criação e inovação do ano do intelectual da favela do Rio de Janeiro, seria interessante incorporar as ideias do Faustini e sua metodologia. É preciso criar um grupo para elaborar uma proposta o mais rápido possível. A ideia é reconhecer que na favela também há intelectuais. Haveria um prêmio sobre as melhores dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas por moradores da favela. Pretende-se, com isso, estimular o surgimento de formas criativas de intervenção nesses espaços.

O meu maior medo é perder a potência desses jovens para o manifesto, que é uma estética que existe e tem relação com a juventude. O jovem deveria inventar sua vida e seu território.

Washington Fajardo lembrou que a autonomia do jovem é distinta de acordo com o espaço.

Eduarda La Rocque enfatizou que a questão da juventude precisa ser resolvida pois, a princípio, se está cuidando das crianças, símbolo das UPPs. Mas o que está sendo feito com os jovens? Jailson de Souza informou que muitos deles estão sendo assassinados ou presos. E as respostas conservadoras são muito mais rápidas que as alternativas.

Eduarda La Rocque concordou com a ideia de utilizar o jovem como multiplicador das ações e que o poder público precisa de uma agenda de articulação. O IPP está em processo de reestruturação e deve-se apostar no Instituto como integrador de políticas. Está sendo desenvolvida, em parceria com o UNICEF, a plataforma Esporte para o Desenvolvimento. No Plano Municipal de Cultura, a proposta é que se tenha um capítulo sobre inclusão social através da cultura.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Jailson de Souza disse que quando se fala em inclusão social, pressupõe-se que o jovem está excluído, quando na realidade ele está incluído em outras redes que estão invisibilizadas. Deve-se reconhecer o jovem como sujeito de direito, que intervém não como um objeto de políticas de esporte e cultura.

Essa ideia traz um repertório de políticas públicas que aprisiona e não aposta na potencialidade dos jovens. A circulação já existe na cidade. A mobilidade é dar saltos de direitos, de expressão.

É bom muito ver Eduarda La Rocque entrando nessa agenda. Essa gestão tem sido muito importante com equipamentos e circulação de repertórios. Existe a necessidade de o IPP estar à frente disso porque qualifica muito a discussão na cultura. Esse setor tem uma agenda conservadora natural, a do artista. A arte acaba sendo uma agenda maior dentro da Secretaria de Cultura que a cultura. Eu não estou falando das questões identitárias, folclóricas, mas do urbano, do direito aos repertórios. A chegada de um mediador da área social da Prefeitura ajudaria muito.

Eduarda La Rocque informou que algumas ações serão realizadas em um futuro próximo.

Mauro Osório agradeceu ao palestrante, aos conselheiros e aos demais convidados. Em seguida encerrou a reunião. A Secretária Executiva Paula Serrano tomou notas e, com o apoio de Vânia Amorim, elaborou esta Ata, que vai assinada pelos Conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão da ata do próximo encontro do Conselho.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2012.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHEIROS

MAURO OSÓRIO DA SILVA
PRESIDENTE

EDUARDA LA ROCQUE
IPP

SERGIO FERRAZ MAGALHÃES
IAB/RJ

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
IPPUR/UFRJ

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO
UFRJ

JEAN LEONARDUS CARIS
CASA CIVIL

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO
PUC-RIO

JORGE GUILHERME DE MELLO BARRETO
CEPERJ

JAILSON DE SOUZA E SIVA
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS UFF

SILVIA RAMOS
UCAM

WASMÁLIA BIVAR
IBGE

MARCELO CORTES NÉRI
FGV

LUIZ MARTINS DE MELO
IE/UFRJ

BRUNO JORGE VAZ SASSON
SESEDEC